

Termo de Referência 179/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
179/2024	158137-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	WAGNER ROBERTO PEREIRA	17/10/2024 10:51 (v 5.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	15/2024	23344.001020.2024-98

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de mobiliários e equipamentos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador e órgão participante.

Itens do Órgão Gerenciador IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	PEDIDO MÍN. POR ENTREGA
1	Quadro branco, vidro temperado no mínimo 6 mm, temperado, branco, 120 cm, 300cm, suporte para apagador e canetas, acessórios para instalação. Película de proteção do vidro. Cota principal - Participação ampla - Idem ao item 2	459919	Unidade	38	1.962,58	74.578,04	2 unidades
2	Quadro branco, vidro temperado no mínimo 6 mm, temperado, branco, 120 cm, 300cm, suporte para apagador e canetas, acessórios para instalação. Película de proteção do vidro. Cota reservada para ME/EPP /Equiparadas em 24% - Idem ao item 1	459919	Unidade	12	1.962,58	23.550,96	2 unidades

3	<p>Cama, material: aço, tipo: solteiro, medidas mínimas comprimento: 190 cm, largura: 086 cm, características adicionais: estrado metálico. Cama em Tubo de Aço resistentes de 50 x 30 mm quadrado com acabamento em pintura epóxi-pó. Dimensões mínimas: Altura do chão: 50 cm, Largura: 80 cm, Profundidade: 190 cm, para colchões de 78 cm x 188 cm. Travessa: Tubo Metalon 30 x 20 parede 0,90mm (retangular). Sistema de Fixação por parafuso 3/8, estrado fixo metálico feito em Metalon 50x30 – 1,20mm espessura, mínimo 14 Travessas Metalon 30x20 parede 0,90mm, com estrado com melhor acomodação do colchão. Tratamento de fosfatização em todas peças, Pintura Epóxi Eletrostática à Pó. Cor Cinza*. Peso mínimo suportado de 120kg.</p> <p>Participação exclusiva ME /EPP /Equiparadas</p>	437129	Unidade	100	544,35	54.435,00	5 unidades
4	<p>CAMA CONJUGADA. Cama Conjugada Material: Aço , Quantidade Leitos: 2 UN, Acabamento Superficial: Pintura Eletrostática, Comprimento mínimo: 196 CM, Largura mínima: 86 CM, Características Adicionais: Com Escada Lateral , Altura mínima: 180 C, mínimo 14 Travessas Metalon 30x20 parede 0,90 mm, com estrado para melhor acomodação do colchão, Capacidade mínima de até 130kg por cama</p> <p>Participação ampla**</p>	450257	Unidade	100	1.317,00	131.700,00	5 unidades
	<p>Armário, tipo roupeiro material: aço, quantidade portas: 2 un, cor: cinza-claro*, altura mínima: 1,98m, largura mínima: 0,90m, profundidade</p>						

5	<p>mínima: 0,40m, chapa de aço mínimo 22, características adicionais: com porta cabide, gavetas, porta toalhas e prateleiras, tratamento superficial: pintura eletrostática em epóxi. Apresenta parede de separação central e está equipado com prateleira superior fixa em toda a extensão do armário, 1 barra para vestuário em um lado, mínimo 1 gancho cabideiro, e, do outro lado, 4 prateleiras sendo 3 reguláveis, com pitão para cadeado e pés em aço fixos e emborrachado no armário.</p> <p>Participação ampla**</p>	316048	Unidade	100	1.265,75	126.575,00	4 unidades
6	<p>Bebedouro industrial 100 litros (capacidade mínima), Inox, 3 torneiras, tensão 110 v, termostato com regulagem.</p> <p>Participação exclusiva ME /EPP /Equiparadas</p>	395320	Unidade	10	2.799,50	27.995,00	2 unidades
7	<p>Pipoqueira elétrica cinema. Produz no mínimo 3,5 kg/h. Construída em aço inoxidável; Laterais em vidro temperado oferecendo maior resistência contra altas temperaturas; - Faz pipoca doce e salgada; Cabo de energia no padrão brasileiro do INMETRO; Panela pipoqueira em aço inox com mexedor automático; Possui proteção contra altas temperaturas; Lâmpada interna para iluminação; Acompanha manual de instruções de uso e segurança e deve possuir assistência técnica no Brasil. Tensão 110 (127) V</p> <p>Participação exclusiva ME /EPP /Equiparadas</p>	373051	Unidade	2	2.711,95	5.423,90	1 unidade
	<p>banco de concreto de praça. Medidas mínimas: Comprimento: 120 CM,</p>						

8	<p> Espessura: 5 CM, Profundidade: 40 CM, Altura Encosto: 40 CM </p> <p> Participação exclusiva ME /EPP /Equiparadas </p>	322144	Unidade	15	649,00	9.735,00	4 unidades
---	---	--------	---------	----	--------	----------	------------

Itens do Órgão Participante IFSULDEMINAS - Campus Poços de Caldas							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	PEDIDO MÍN. POR ENTREGA
9	<p> Quadro branco, vidro temperado no mínimo 6 mm, temperado, branco, 120 cm, 300cm, suporte para apagador e canetas, acessórios para instalação. Película de proteção do vidro. </p> <p> Participação exclusiva ME/EPP /Equiparadas </p>	459919	Unidade	10	1.962,58	19.625,80	1 unidade
10	<p> Armário, tipo roupeiro material: aço, quantidade portas: 2 un, cor: cinza-claro*, altura mínima: 1,98m, largura mínima: 0,90m, profundidade mínima: 0,40m, chapa de aço mínimo 22, características adicionais: com porta cabide, gavetas, porta toalhas e prateleiras, tratamento superficial: pintura eletrostática em epóxi. Apresenta parede de separação central e está equipado com prateleira superior fixa em toda a extensão do armário, 1 barra para vestuário em um lado, mínimo 1 gancho cabideiro, e, do outro lado, 4 prateleiras sendo 3 reguláveis, com pitão para cadeado e pés em aço fixos e emborrachado no armário. </p> <p> Participação exclusiva ME/EPP /Equiparadas </p>	316048	Unidade	5	1.265,75	6.328,75	1 unidade
11	<p> Bebedouro industrial 100 litros (capacidade mínima), Inox, 3 torneiras, tensão 110 v, termostato com regulação. </p>	395320	Unidade	10	2.799,50	27.995,00	1 unidade

	Participação exclusiva ME/EPP /Equiparadas						
12	Pipoqueira elétrica cinema. Produz no mínimo 3,5 kg/h. Construída em aço inoxidável; Laterais em vidro temperado oferecendo maior resistência contra altas temperaturas; - Faz pipoca doce e salgada; Cabo de energia no padrão brasileiro do INMETRO; Panela pipoqueira em aço inox com mexedor automático; Possui proteção contra altas temperaturas; Lâmpada interna para iluminação; Acompanha manual de instruções de uso e segurança e deve possuir assistência técnica no Brasil. Tensão 110 (127) V Participação exclusiva ME/EPP /Equiparadas	373051	Unidade	1	2.711,95	2.711,95	-
13	banco de concreto de praça. Medidas mínimas: Comprimento: 120 CM, Espessura: 5 CM, Profundidade: 40 CM, Altura Encosto: 40 CM Participação exclusiva ME/EPP /Equiparadas	322144	Unidade	50	649,00	32.450,00	5 unidades

Itens do Órgão Participante IFSULDEMINAS - Campus Machado							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	PEDIDO MÍN. POR ENTREGA
14	Quadro branco, vidro temperado no mínimo 6 mm, temperado, branco, 120 cm, 300cm, suporte para apagador e canetas, acessórios para instalação. Película de proteção do vidro. Participação exclusiva ME/EPP /Equiparadas	459919	Unidade	30	1.962,58	58.877,40	3 unidades

Itens do Órgão Participante IFSULDEMINAS - Campus Três Corações							
---	--	--	--	--	--	--	--

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	PEDIDO MÍN. POR ENTREGA
15	Quadro branco, vidro temperado no mínimo 6 mm, temperado, branco, 120 cm, 300cm, suporte para apagador e canetas, acessórios para instalação. Película de proteção do vidro. Participação exclusiva ME/EPP/Equiparadas	459919	Unidade	30	1.962,58	58.877,40	3 unidades
16	Bebedouro industrial 100 litros (capacidade mínima), Inox, 3 torneiras, tensão 110 v, termostato com regulação. Participação exclusiva ME/EPP/Equiparadas	395320	Unidade	5	2.799,50	13.997,50	1 unidade

1.2. Se houver divergência entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico Compras.gov.br e as deste termo, o licitante deverá considerar as deste instrumento, conforme planilha acima.

1.3. Todos os materiais ofertados pelos proponentes deverão ser novos, para primeiro uso.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que se enquadram na definição de bens comuns do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.6. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.7. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.8. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

* A escolha da cor para os objetos que comporão o alojamento é motivada pela necessidade de padronização estética como manter a harmonia visual, além disso, a padronização dos elementos estéticos dos alojamentos, como o cor dos móveis, é importante para garantir um ambiente institucional organizado e coeso, condizente com os objetivos funcionais e operacionais do alojamento.

** Justifica-se a não reserva de cota para ME/EPP/Equiparadas em razão do disposto no art. 49, inciso III da LC 123/06, tendo em vista que a divisão em cotas representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, pois os objetos adquiridos por fornecedores diversos não serão padronizados. O princípio da padronização é fundamental para garantir a uniformidade estética e funcional dos ambientes que compõem o patrimônio público. Especificamente, no caso de aquisição de mobiliários com cor e dimensões padronizadas (como a cor cinza-claro e medidas específicas), a padronização tem como objetivo manter a coerência visual e a compatibilidade com os móveis já existentes no alojamento. Há um risco real de que uma divisão do objeto possa comprometer a padronização necessária para o ambiente. Itens adquiridos de diferentes fornecedores

poderiam apresentar variações mínimas em termos de cor, acabamento ou dimensões, o que afetaria a uniformidade e qualidade estética e funcional do espaço. No caso em questão, a divisão em cotas comprometeria o atendimento à padronização ocasional, razão pela qual a cota reservada não se aplica a este objeto.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação do órgão gerenciador está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir.

- I) ID PCA no PNCP: 10648539000105-0-000006/2024
- II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023
- III) Id do item no PCA, Classe/Grupo e Identificador da Futura Contratação:

Item	Id do item no PCA	Classe/Grupo	Identificador da Futura Contratação
1	2016	7110 - MOBILIÁRIO PARA ESCRITÓRIO	158305-15/2024
2	2016	7110 - MOBILIÁRIO PARA ESCRITÓRIO	158305-15/2024
3	2017	7105 - MOBILIÁRIO DOMÉSTICO	158305-15/2024
4	2018	7105 - MOBILIÁRIO DOMÉSTICO	158305-15/2024
5	2019	7125 - ARMÁRIOS E ESTANTES	158305-15/2024
6	2020	4110 - EQUIPAMENTO PARA REFRIGERAÇÃO	158305-15/2024
7	2021	7330 - UTENSÍLIOS E FERRAMENTAS MANUAIS DE COZINHA	158305-15/2024
8	2022	7105 - MOBILIÁRIO DOMÉSTICO	158305-15/2024

2.3. Para os itens dos órgãos participantes, a previsão no Plano de Contratações Anual 2024 está detalhada no PNCP (<https://pncp.gov.br/app/pca/10648539000105/2023>).

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação, uma vez que não foram encontrados requisitos aplicáveis a esta contratação no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade da Consultoria Geral da União/Advocacia Geral da União.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pois o órgão licitante não estará obrigado a contratar os materiais licitados, que serão adquiridos somente quando surgir a necessidade e na quantidade demandada.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. A convocação para entrega do objeto será feita por meio de Ordem de Fornecimento.

5.2. O prazo de entrega será de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

5.3. No **Campus Inconfidentes**, a entrega deverá ocorrer em dia útil, de segunda a sexta-feira, das 7h às 10h30 ou das 13h às 16h30, no Setor de Patrimônio, localizado na Praça Tiradentes, nº 416, Bairro Centro, CEP 37.576-000, Município de Inconfidentes - MG.

5.4. No **Campus Poços de Caldas**, a entrega deverá ocorrer em dia útil, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, na Av. Dirce Pereira Rosa, nº 300, Bairro Jardim Esperança, Município de Poços de Caldas - MG, CEP 37713-100.

5.5. No **Campus Três Corações**, a entrega deverá ocorrer em dia útil, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, na Unidade I do Campus Três Corações, localizada na Rua Coronel Edgar Cavalcanti de Albuquerque, nº 61, Bairro Chácara das Rosas, CEP: 37.417-158, Três Corações - MG.

5.6. No **Campus Machado**, a entrega deverá ocorrer em dia útil, de segunda a sexta-feira, das 07h às 12h e 13h às 16h, na Rodovia Machado/Paraguaçu, Km 3, Bairro Santo Antônio, Machado -MG, CEP: 37750-000.

5.7. O contratado deverá depositar o objeto no local a ser indicado pelo servidor responsável pelo recebimento provisório.

5.8. A entrega correrá totalmente às expensas do contratado, inclusive será de sua responsabilidade providenciar pessoal e equipamentos necessários para descarga e colocação do objeto no local indicado pelo recebedor dos materiais.

5.9. Os mobiliário e equipamentos deverão ser transportados adequadamente, de acordo com as normas vigentes.

5.10. O pedido mínimo para entrega, por requisição, será aquele indicado na tabela no início deste termo, exceto quando o remanescente do quantitativo do item não atingir o quantitativo mínimo, hipótese que caracterizará último fornecimento da contratada do respectivo item, podendo ser qualquer quantidade.

5.11. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a contratada deverá comunicar as razões respectivas para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Garantia

5.12. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O instrumento de contrato será substituído pela nota de empenho de despesa, conforme art. 95, II da Lei 14.133/2021, por se tratar de entrega imediata e integral da quantidade de cada pedido, obedecendo ao lote mínimo definido na Planilha no início deste termo. Neste caso, aplica-se, no que couber, o artigo 92 da referida lei.

6.1.1. A nota de empenho emitida implica no reconhecimento de que:

6.1.1.1. referida nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.1.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

6.1.1.3. a contratada reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas neste Termo e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3. As comunicações entre o órgão contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Setor de Patrimônio ou pela área requisitante.

6.5.1. Serão anotadas todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.5.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, será emitida notificação para a correção da execução do objeto, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.5.3. Serão tomadas providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo Setor de Patrimônio ou pela área requisitante, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.1. Neste caso, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades verificadas.

7.2.2. Havendo nova desconformidade, ficará caracterizada a inexecução contratual pelo fornecedor.

7.2.3. O contratante não se responsabilizará pela guarda de materiais recusados, por período superior àquele fixado para substituição/complementação.

7.2.3.1. Após dez dias de atraso, contados da data fixada no subitem acima, sem que o material recusado tenha sido retirado, será considerado abandono por parte do fornecedor, podendo a Administração dar-lhes a destinação que julgar conveniente.

7.2.4. Os materiais recusados somente serão devolvidos mediante Termo de Recolhimento emitido pelo fornecedor, autorizando para tanto quem venha retirá-los. Será dispensado o referido Termo de Recolhimento, quando o material recusado for retirado por quem venha entregar os materiais que substituirão os primeiros, salvo por manifestação contrária, formal, do fornecedor.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 2 (dois) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados da Nota de Empenho e do órgão contratante;
- c) o valor a pagar; e
- d) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo indicado pelo licitante, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.24. A Administração desconsiderará nos valores a serem pagos as frações com valor inferior a R\$ 0,01 (um centavo).

Cessão de crédito

7.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.25.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.26. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes

ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.21.1. Na ausência do prazo de validade nessa certidão, será considerado o de doze meses.

8.22. Se a licitante for cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.22.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.22.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.22.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.22.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.22.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.22.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.22.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 674.856,70

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 674.856,70 (seiscentos e setenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e setenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela deste Termo.

9.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da contratação.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. São obrigações do Contratante:

11.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o edital e seus anexos;

11.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

11.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo;

11.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no edital e seus anexos;

11.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.1.8.1. A Administração terá o prazo de dez dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

11.1.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. Obrigações do Contratado

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

12.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no edital e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado neste termo, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.1.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

12.1.7. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.1.9. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.1.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

12.1.12. Efetuar testes e demais provas exigidas por normas técnicas e oficiais, quando solicitados, para o efetivo fornecimento dos produtos sem qualquer ônus para o IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes.

13. Infrações e sanções administrativas

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de dez dias;

1.1. O atraso superior a dez dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “a” até “h” do subitem 13.1, de 0,5 % a 30 % do valor do item.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.4.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14. Foro

14. FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Subseção Judiciária de Pouso Alegre, MG – Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste instrumento que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WAGNER ROBERTO PEREIRA

Requisitante



Assinou eletronicamente em 17/10/2024 às 08:24:00.

Despacho: Aprovo

LUIZ FLAVIO REIS FERNANDES

Diretor-geral



Assinou eletronicamente em 17/10/2024 às 10:40:52.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP.pdf (131.02 KB)

Anexo I - ETP.pdf

Estudo Técnico Preliminar 46/2024

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

Eventual aquisição de mobiliário e equipamentos para o Campus Inconfidentes

A necessidade de prover mobiliários para funcionamento dos alojamentos dos cursos técnicos , equipamento para eventos de extensão, mobiliário e equipamentos para áreas externas da instituição, melhoria dos móveis, padronização de ambientes, substituição de mobiliários depreciados pelo uso.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenadoria de Assistência ao Educando	Erika Paula Pereira
Coordenadoria de Serviços e infraestrutura	Marcos Roberto dos Santos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação será regida pelos normativos previamente informados no presente documento.

O licitante contratado deverá:

- 4.1. Cumprir, fielmente, as obrigações contratuais, de forma que os produtos sejam fornecidos com esmero e perfeição;
- 4.2. Responder por todos os ônus, como encargos sociais e legais, impostos e seguros, relativos à execução do Contrato;
- 4.3. Informar toda e qualquer ocorrência que inviabilize ou prejudique a realização dos fornecimentos contratados, comunicando o fato com antecedência necessária à Administração da Unidade Solicitante, visando não acarretar qualquer prejuízo ou dano ao IFSULDEMINAS, independentemente de dolo ou culpa da contratada, que arcará com os ônus decorrentes;
- 4.4. Responsabilizar-se pelos prejuízos ou danos causados ao IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes, resultantes da inexecução total ou parcial do objeto contratado
- 4.5. Manter durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.6. Efetuar testes e demais provas exigidas por normas técnicas e oficiais, quando solicitados, para o efetivo fornecimento dos produtos sem qualquer ônus para o IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes;
- 4.7. Responder, em relação aos seus funcionários ou contratados, por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais trabalhistas previstos na legislação em vigor, recursos materiais, transporte, seguros de qualquer natureza, perdas eventuais, despesas administrativas, tributos e demais encargos necessários ao fornecimento do objeto.

5. Levantamento de Mercado

Para o item 1 e 4 foram utilizados de forma combinada como parâmetro para o levantamento de preços os incisos I e III da IN 65 /2021, já que não foram encontradas contratações similares conforme inciso II da IN. Para os itens 2, 3, 5 e 7 foi utilizado como parâmetro de levantamento de preços o inciso I da IN 65/2021. Para o item 6 foi utilizado como parâmetro de levantamento de preços o inciso III, não foram encontradas contratações similares conforme inciso II e licitações concluídas no painel de preços conforme relatório, inciso I Para todos os itens 1, 2, 3 e 4 não foram contabilizados os orçamentos recebidos direto de fornecedores, os preços foram considerados excessivamente elevados.

6. Descrição da solução como um todo

A solução mais adequada para atender às necessidades do IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes é a contratação por licitação, na modalidade pregão eletrônico no sistema de registro de preços, a fim de preservar e garantir a competitividade e a proposta mais adequada e vantajosa para a Administração Pública.

ITEM	CATMAT	Especificação	Quantidade	Unidade	Valor Médio R\$	Valor total R\$
1	459919	Quadro branco, vidro temperado no mínimo 6 mm, temperado, branco, 120 cm, 300cm, suporte para apagador e canetas, acessórios para instalação. Película de proteção do vidro.	50	Unidade	1.962,58	98.129,00
2	437129	Cama, material: aço, tipo: solteiro, medidas mínimas comprimento: 190 cm, largura: 086 cm, características adicionais: estrado metálico. Cama em Tubo de Aço resistentes de 50 x 30 mm quadrado com acabamento em pintura epóxi-pó. Dimensões mínimas: Altura do chão: 50 cm, Largura: 80 cm, Profundidade: 190 cm, para colchões de 78 cm x 188 cm. Travessa: Tubo Metalon 30 x 20 parede 0,90mm (retangular). Sistema de Fixação por parafuso 3/8, estrado fixo metálico feito em Metalon 50x30 – 1,20mm espessura, mínimo 14 Travessas Metalon 30x20 parede 0,90mm, com estrado com melhor acomodação do colchão. Tratamento de fosfatização em todas peças, Pintura Epóxi Eletrostática à Pó. Cor Cinza. Peso mínimo suportado de 120kg.	100	Unidade	544,35	54.435,00
3	450257	CAMA CONJUGADA. Cama Conjugada Material: Aço , Quantidade Leitos: 2 UN, Acabamento Superficial: Pintura Eletrostática ,Comprimento mínimo: 196 CM, Largura mínima: 86 CM, Características Adicionais: Com Escada Lateral , Altura mínima: 180 C, mínimo 14Travessas Metalon 30x20 parede 0,90 mm, com estrado para melhor acomodação do colchão, Capacidade mínima de até 130kg por cama	100	Unidade	1.317,00	131,700,00
4	316048	Armário, tipo roupeiro material: aço, quantidade portas: 2 un, cor: cinza-claro, altura mínima: 1,98m, largura mínima: 0,90m, profundidade mínima: 0,40 m, chapa de aço mínimo 22, características adicionais: com porta cabide, gavetas, porta toalhas e prateleiras, tratamento superficial: pintura eletrostática em epóxi. Apresenta parede de	100	Unidade	1.265,75	126.575,00

		separação central e está equipado com prateleira superior fixa em toda a extensão do armário, 1 barra para vestuário em um lado, mínimo 1 gancho cabideiro, e, do outro lado, 4 prateleiras sendo 3 reguláveis, com pitão para cadeado e pés em aço fixos e emborrachado no armário.				
5	395320	Bebedouro industrial 100 litros, Inox, 3 torneiras, tensão 110 v, termostato com regulagem.	10	Unidade	2.799,50	27.995,00
6	373051	Pipoqueira elétrica cinema. Produz no mínimo 3,5 kg /h. Construída em aço inoxidável; Laterais em vidro temperado oferecendo maior resistência contra altas temperaturas; - Faz pipoca doce e salgada; Cabo de energia no padrão brasileiro do INMETRO; Panela pipoqueira em aço inox com mexedor automático; Possui proteção contra altas temperaturas; Lâmpada interna para iluminação; Acompanha manual de instruções de uso e segurança e deve possuir assistência técnica no Brasil. Tensão 110 (127) V	2	Unidade	2.711,95	5.423,90
7	322144	Banco de concreto de praça. Medidas mínimas: Comprimento: 120 CM, Espessura: 5 CM, Profundidade: 40 CM, Altura Encosto: 40 CM	15	Unidade	649,00	9.735,00
					TOTAL R\$	453.992,90

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Foi levantado o quantitativo baseados nas necessidades dos alojamentos dos cursos técnicos, e necessidade de bebedouro e bancos nas áreas externas do Campus.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 453.992,90

Estimativa realizada conforme parâmetros de levantamento de preços da IN nº 65 de 2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A norma insculpida no dispositivo permite à Administração ampliar o caráter competitivo do certame, por meio da divisão do objeto em itens ou lotes/grupos, possibilitando a participação de licitantes que não têm condições de atender aos requisitos da contratação em sua integralidade. Porém, com vistas a ampliar a competitividade e possibilitar a economia de escala com o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, o mesmo normativo estabeleceu a obrigatoriedade da Administração Pública em promover o parcelamento do objeto, quando houver viabilidade técnica e econômica para tanto.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta requisição.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações Públicas do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PAC/PGC) do ano de 2024, conforme planejamento prévio do órgão. Contratação 158305- 15/2024

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Adequação dos espaços físicos para melhor desenvolvimento das atividades e atendimento ao público.

13. Providências a serem Adotadas

Não há necessidade de adequação, pois a compra já foi efetuada em anos anteriores. Por tratar-se de aquisição recorrente e usual não há necessidade de adaptações de infraestrutura ou de mão de obra especializada, estando campus apto à executar a contratação sem maiores providências.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não há riscos ambientais para a contratação do serviço relacionado nos itens supracitados.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Demanda para atender aos alojamentos dos cursos técnicos e criação de espaços de lazer nas áreas externas do campus, além de equipamentos para uso nas atividades de extensão e fornecimento de água potável. Licitação no sistema de registro de preços autorizada conforme planejamento no PCA 2024.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WAGNER ROBERTO PEREIRA

DAP



Assinou eletronicamente em 16/07/2024 às 16:27:54.

EMP 19.070.339/0001-30

Documento Digitalizado Público

Estudo Técnico Preliminar - ETP Nº 46/2024

Assunto: Estudo Técnico Preliminar - ETP Nº 46/2024
Assinado por: Wanderson Silva
Tipo do Documento: Estudo Técnico Preliminar
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- Wanderson Rodrigues da Silva, COORDENADOR(A) GERAL - CD4 - IFS - CGAF-INC, em 19/07/2024 15:31:58.

Este documento foi armazenado no SUAP em 19/07/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 564829
Código de Autenticação: a3688d220d



CPF: 10.040.339/0001-30

Documento Digitalizado Público

Anexo I - Termo de Referência

Assunto: Anexo I - Termo de Referência
Assinado por: Briza Oliveira
Tipo do Documento: Termo de Referência
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Briza Paula de Oliveira, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 17/10/2024 10:54:14.

Este documento foi armazenado no SUAP em 17/10/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 598744
Código de Autenticação: 002b290fdb

